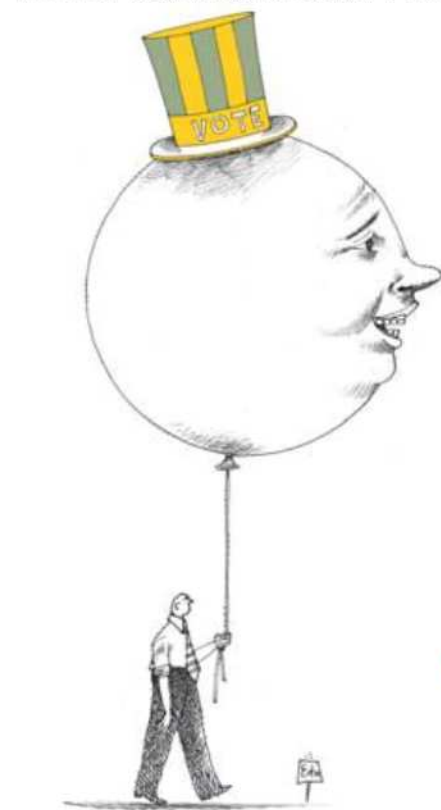


DISCURSO DE CAMPANHA

Abandonando a sobriedade que a caracteriza como gestora pública reconhecida pelo país, a ministra Dilma Rousseff, vestindo a roupagem de candidata à sucessão presidencial, interpreta de forma equivocada e interesseira a legislação eleitoral que proíbe a governantes participar da inauguração de obras no período de campanha. O espírito da lei é simples: não permitir o uso da máquina pública nem possibilitar a quem está no poder a vantagem sobre os demais candidatos. Pois, por iniciativa do presidente e sempre a tiracolo dele, a ministra está com a agenda claramente voltada para a busca de votos. As duas últimas semanas refletem isso, como foi o longo périplo pelo Rio São Francisco e inaugurações e reuniões da última semana. Assim, dizer que as críticas a essa atuação refletem um preconceito contra a mulher é uma incoerência com a evidente movimentação do presidente e de sua candidata, além de um descaso com a inteligência dos brasileiros.

A questão remete para o necessário respeito ao princípio fundamental de que todos – no caso todos os candidatos e partidos – têm direito a uma igualdade de chances de se expor perante o eleitor. Pela lei, as campanhas formais só serão deflagradas a seis meses do primeiro turno da eleição. Pelo princípio geral de que o interesse público não se confunde com o interesse privado ou partidário, os administradores não podem confundir governar com promover-se ou promover seus candidatos. Pelo respeito ao dever de usar a máquina pública com a responsabilidade de quem governa para todos, os prefeitos, os governadores e o presidente da República (bem como suas equipes de governo) estão eticamente vedados de transformar os atos das administrações em plataformas para promoção de candidatos ou de partidos. O limite entre a promoção normal dos atos dos governos e o seu uso eleitoral nem sempre é fácil de definir, mas não há dúvida de que sua ultrapassagem, quando ocorre, salta aos olhos dos analistas e, claro, dos cidadãos.

As vésperas de um ano eleitoral, estas considerações não podem ser tidas como extempo-



O país, cujo avanço político e social é inegável, não pode permitir que se prejudique a qualidade de seu sistema eleitoral.

râneas ou desimportantes. Elas refletem uma preocupação com a qualidade das administrações e com a lisura das campanhas e das eleições. O Brasil está entre os países que, por concederem importância à rotina eleitoral, estruturaram um sistema de fiscalização capaz de garantir tanto a qualidade quanto a isenção e a lisura dos atos eleitorais. Neste sentido, vigora no país um sistema específico, a Justiça Eleitoral, para dirimir controvérsias e competente

para julgar as irregularidades cometidas antes e durante o processo eleitoral. O país, cujo avanço político e social é inegável, não pode permitir que se prejudique a qualidade de seu sistema eleitoral. Ao contrário, precisa preocupar-se em ampliá-la, corrigindo as distorções e punindo os candidatos e partidos que, nos Estados ou no país, empregarem a máquina pública ou o poder econômico de maneira abusiva.

Ponto para o infrator

Oque mais chama a atenção no fato de mais de 10 mil motoristas gaúchos continuarem livres para dirigir mesmo depois de terem acumulado mais de 20 pontos em infrações não é apenas a impunidade, já consagrada no país. O que incomoda é a particularidade de se acharem no direito de desrespeitar outras pessoas e desprezar regras estabelecidas pela sociedade. Apesar do grande número de infratores ao volante, cometendo deslizos e passando os pontos para parentes e amigos, no clássico jeitinho de enganar a lei, a verdade é que eles constituem uma minoria na comparação com o total de cidadãos que cumprem com suas obrigações, inclusive no trânsi-

to. Por isso, a lei e a fiscalização precisam ser mais rigorosas, para evitar que o egoísmo e a esperteza contaminem toda a sociedade.

Infelizmente, como se previa, os órgãos de fiscalização não se prepararam à altura para enfrentar o rigor imposto pelo Código de Trânsito Brasileiro. Mesmo com os elevados valores das multas por infrações, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), por exemplo, não dispõe até hoje de uma estrutura mínima adequada para impor a rigor da lei aos infratores.

Em consequência, depende da conscientização de quem, ao atingir o número máximo de pontos num período de 12 meses, se apresenta espontaneamente para receber uma suspensão

temporária da Carteira Nacional de Habilitação e submeter-se a um curso de reciclagem. O problema, porém, são justamente os demais, que, por falta de estrutura do poder público, continuam a pôr em risco a vida de outras pessoas.

Estados como o Paraná já se deram conta da importância de recolher o documento de habilitação dos infratores contumazes, levando milhares deles a devolvê-lo ao determinar a busca de condutores irregulares em sua casa. O Rio Grande do Sul precisa encontrar uma forma de impor a lei, que não é certamente depender da boa vontade de quem não tem o menor respeito por regras mínimas de convivência no trânsito.

Artigos

Tema para debate

Manifestações de leitores sobre a questão proposta a partir do artigo do historiador Voltaire Schilling publicado no último domingo: Você apoia a ideia de uma ação entre os amigos de Porto Alegre para despachar obras de arte doadas por artistas para outro lugar?

Concordo integralmente com o texto. Foram plantadas em nossa cidade aberrações chamadas de esculturas.

Augusto Santos – Porto Alegre

Concordo inteiramente com o professor. Respeito a arte, mas, por ela ser abstrata, não deve ficar exposta obrigatoriamente a todos.

Valter Portaete – Santo Ângelo (RS)

Entendo seu lado “revoltadinho”, Voltaire Schilling, mas existem formas mais nobres de se criticar e refletir. O seu texto não passa de uma crítica vazia e sem sentido.

Edilson Cardoso – Porto Alegre

Lixo, lixo, lixo. Até que enfim, alguém de renome teve a coragem de denunciar.

Marcínio Zilio – Porto Alegre

Não concordo. O direito à livre expressão em todas as formas de cultura já foi proibido em circunstâncias sinistras como o nazismo e o fascismo. Voltaire tem o direito de não gostar das esculturas da nossa cidade, algumas criadas por importantes artistas como Carlos Tenius (Parcão), Gustavo Nakle (“timão”) e Saint-Clair (cuais). É perigoso, porém, invocar o secretário da Cultura para removê-las: artistas têm direito de expressar suas ideias, ainda que não correspondam a padrões estéticos consagrados ou ao gosto de cada indivíduo.

Clara Pechansky – Porto Alegre

Concordo plenamente. As autoridades estão cheias de melindres para dizer o óbvio, com medo de parecerem “sem cultura”.

Rafael Juchem – Novo Hamburgo (RS)

Maravilhoso o artigo do historiador Voltaire Schilling. As “esculturas” e “monumentos” são verdadeiros lixos e, como tal, seu destino final deverá ficar ao encargo do DMLU.

Josete Caetana Dani Sanchez Porto Alegre

Isso mesmo, vamos expor apenas obras belas e aceitáveis. Nada que provoque reações e questionamentos. Combina bem com a cultura brasileira, acostumada a não pensar.

Adriana Chaves – Porto Alegre

Concordo plenamente. As aberrações abandonadas e degradadas não podem ser chamadas de arte e sim de entulho cultural.

Benjamin Barbiano – Porto Alegre

Grupo RBS

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Conselheiros:

Betânia Tanure
Carlos Melzer
Cláudio Thomaz Lobo Sender
Gustavo Joseph

Jayme Sirotsky
Luiz Henrique Fraga
Pedro Pullen Parente
Pedro Sirotsky
Sérgio Sirotsky

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky
Vice-presidente executivo: Pedro Pullen Parente

Vice-presidentes:

Produto e Operações: Geraldo Corrêa
Mercado e Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Sirotsky Melzer
Gestão e Finanças: Antônio Augusto Pinet Tigre
Vice-presidente institucional: Afonso Antunes da Motta

Diretores Executivos:

Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Smith
Finanças: Eduardo Flores da Cunha Damasceno Ferreira

Diretor-Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Rech
Diretora de Internet do Grupo RBS: Marta Gleich
Diretor-Geral de Mercado RS: Carlos Araújo Santos

ZERO HORA

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretor de Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Redação ZH: Ricardo Stefanelli
Diretor Comercial: Renato Mesquita

Geral

POLÊMICA URBANA

Obras de arte que dão o que falar

Pouco comum, críticas a criações artísticas espalhadas por espaços públicos de Porto Alegre geraram intensa reação



A FAVOR

DENILSO SALLES,
de Florença, Itália

“

“Atualmente moro em uma das cidades mais representativas em termos de arte, admiro e respeito toda a expressão artística, mas até que enfim abri-se essa discussão sobre o que é exposto em nossa querida Porto Alegre, nunca entendi tamanho mau gosto e quais os critérios estabelecidos na escolha de uma obra pública.”

MARIO ROITMAN,
São Paulo (SP)

“

Concordo com o articulista. Sou gaúcho e moro em SP desde 1966. Visito Porto Alegre frequentemente e me assusto com as porcarias consideradas arte, que infestam a cidade. Já fui visitar uma das Bienais do Mercosul, e me arrependi de ter feito a longa caminhada até o local.”

GUILHERME SPADERM,
Porto Alegre

“

“O texto do Voltaire Schilling foi como um grito de vários porto-alegrenses, que estava engasgado havia anos, aguardando só algum corajoso do meio artístico a falar a verdade. Sou completamente a favor de que tais obras horripilantes sejam despachadas, mas não para outras cidades, e sim para o fundo do oceano, onde os corais serão eficientes e tornarão essas coisas um pouco mais bonitas.”

MARCELO GONZATTO

Feitas para serem vistas, as obras de arte espalhadas pela Capital estão dando o que falar.

A ruidosa repercussão ao artigo em que o historiador Voltaire Schilling reclama da “monstruosidade” das criações, publicado domingo em Zero Hora, indica que a crítica a esculturas e monumentos localizados em áreas públicas não é uma prática comum. O assunto deverá ser tema de um seminário organizado pela prefeitura.

O sociólogo Caleb Faria Alves, especialista em antropologia da arte e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), avalia que parte da repercussão gerada se deve à pouca frequência com que essas obras são criticadas.

— Não é uma coisa comum. A grande vantagem disso seria construir coletivamente critérios para o que deve ocupar o espaço público. Não para encontrar unanimidade de gosto, mas para fazer do

patrimônio cultural algo de que a população se aproprie — sustenta.

Alves acredita que o receio de julgar publicamente as criações está relacionado a dois fatores: a reverência a uma espécie de caráter sagrado da arte, entendida como algo acima do “homem comum”, e a dificuldade de equilibrar a avaliação crítica com o respeito a um ofício especializado e com o qual nem todos estão familiarizados.

Para o sociólogo, é fundamental que as obras sejam motivo de discussão:

— O que está em jogo é a nossa identidade, não o que é belo.

Para a artista plástica Clara Pechansky, os criadores fazem questão de que seus trabalhos sejam criticados pela população — desde que isso não resulte em propostas de banimento do

que é considerado de “mau gosto”.

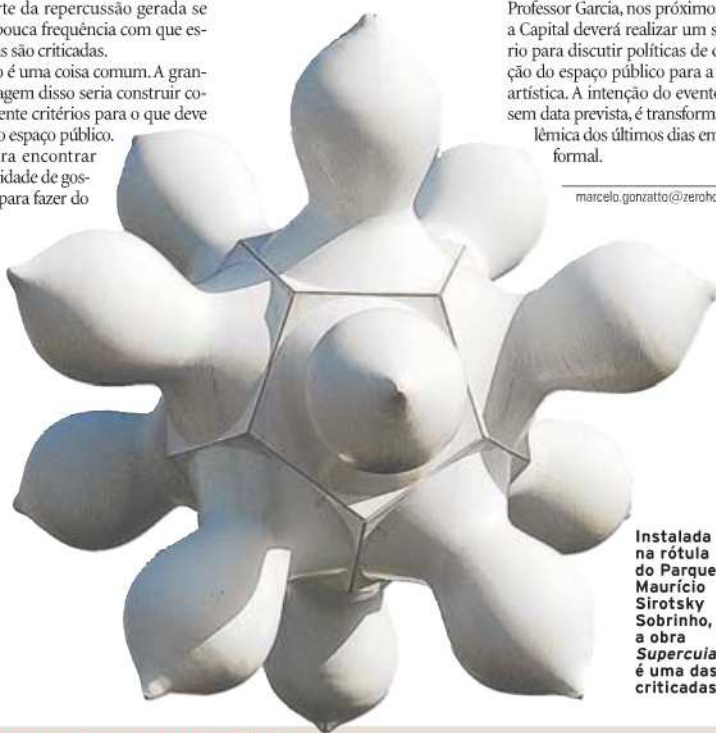
— Podem olhar uma obra minha e dizer “não gosto”, mas o direito de que ela seja exposta deve ser respeitado. A arte atual suscita debates, como toda arte sempre suscitou. Mas não podemos querer que um artista do século 21 faça um monumento como se fazia no século 19 — afirma.

A arquiteta urbanista Maria Isabel Marocco Milanez, do UniRitter, acredita que o debate deve levar em consideração não apenas o trabalho do artista, mas o local onde ele está instalado e sua relação com a cidade:

— Por mais discutível que seja o gosto, uma obra inserida no meio urbano acaba sendo apropriada pela população. Passa a fazer parte da paisagem.

Conforme o titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), Professor Garcia, nos próximos meses a Capital deverá realizar um seminário para discutir políticas de destinação do espaço público para a criação artística. A intenção do evento, ainda sem data prevista, é transformar a polêmica dos últimos dias em debate formal.

marcelo.gonzatto@zerohora.com.br



Instalada na rótula do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, a obra *Supercula* é uma das criticadas

Como as obras são escolhidas

Veja os caminhos mais comuns pelos quais esculturas e monumentos são distribuídos pela cidade:

1) Concurso público: o concurso Espaço Urbano, Espaço Arte, implantado em 1991. Exemplo: obra *Céu*, de Zoé Degani, vencedora do concurso em 2002 e recém-instalada no viaduto da João Pessoa. Um júri nomeado pelo município aponta o artista vencedor.

2) Demandas da sociedade: a Câmara de Vereadores ou uma ONG podem solicitar a instalação

ção de um monumento com intenção de homenagear uma personalidade ou um movimento social. Também se enquadraram nesse caso doações de artistas (como as obras na orla do Guaíba, da Bienal) ou instituições. A Comissão Técnica Permanente para Avaliação das Obras de Arte Públicas (reunindo secretarias da Cultura, de Obras e Viação e Ambiente) avalia a oferta e o local de instalação. A Smam é responsável por obras em praças e parques

3) Iniciativas da Secretaria Municipal da Cultura: o órgão pode deliberar pela implantação de obras em espaços culturais da cidade geridos pelo município. O Centro Municipal de Cultura, por exemplo, deverá receber esculturas em seu pátio. A decisão inclui a Coordenação de Artes Plásticas, do Atelier Livre da Prefeitura, da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) e de associações artísticas.



CONTRA

RAFAEL MARTINS,
Porto Alegre

“

“Algumas obras apontadas como “feias” pelo nobre historiador contêm algo chamado contextualidade. Bonito ou feio é uma definição de avaliação meramente de gosto pessoal e condizente com o contexto e conhecimento do indivíduo. O valor da arte e a análise de qualquer intervenção artística ou de construção provêm de fatores tantos, que pode se dizer que houve uma precipitação do autor do artigo em ZH. Com certeza, a tal “casa monstro” é um exemplo de não contextualidade, que é um exagero, mas o único dentro dos exemplos apresentados.”

CLAUDIA BARBISAN,
Porto Alegre

“

“Quanta ignorância em relação à arte contemporânea! Isto me preocupa e entristece, pois demonstra uma grande intolerância ao que é diferente, ao que não é o belo clássico. Por incrível que pareça, tem gente que parou na Mona Lisa e exige da arte contemporânea esta estética”

EDUARDO KERSTING,
Porto Alegre

“

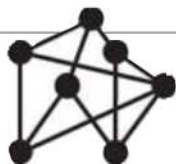
“Monstruosidades são os argumentos usados no artigo contra a arte contemporânea. Arte não é para bonito, é para provocar mesmo. Se é para embelezar a cidade, sugiro que as pessoas feias retirem-se das ruas — apesar de eu não saber quem decidirá sobre isso: o Voltaire, talvez...”

ZEROHORA.COM

Leia o polêmico artigo e veja todas as obras criticadas em www.zerohora.com



bienal



A exposição **Projetáveis** inclui linguagens como vídeo, áudio e fotografia

Onde o virtual se torna real

Mostra reúne obras ligadas à internet no Santander Cultural

PRISCILA MONTANDON

Um conjunto de 19 obras no Santander Cultural, em Porto Alegre, transforma em projeções as ideias de 25 artistas que utilizaram a internet como canal.

A intenção da exposição *Projetáveis*, que faz parte da 7ª Bienal do Mercosul, é explorar a materialização desses projetos.

A curadoria da exposição, do argentino Roberto Jacoby, convocou artistas do mundo todo a enviarem seus projetos entre maio e agosto, e recebeu cerca de 800 projetos de artistas de 50 países. Foram selecionados 19. Além do espaço no Santander, trabalhos de outros 13 artistas estão sendo exibidos no site www.bienalmercosul.art.br/projetaveis. O traço comum é a relação, direta ou indireta, com a internet.

Num passeio pelo Santander, uma

das obras que mais chama a atenção é *Moonwalk*, uma pirâmide esverdeada, em projeção, formada por barras de upload do site YouTube. A princípio, imagina-se que a barra seja seguida de um vídeo comum, mas na medida em que o marcador vermelho – que indicaria que uma imagem estivesse rolando – avança, novas e menores barras iguais à primeira vão surgindo, até formarem uma pirâmide. A obra, do artista checo Marin Kohout, está nivelada com o piso, onde uma lâmina de vidro reflete a projeção da parede.

A proposta da exposição encontra respaldo na opinião da administradora de empresas Cristina Matte, 34 anos. Em visita à Bienal, ela definiu sua impressão sobre a mostra como “obras que nos aproximam do artista”.

– Há alguns anos, visitei e agora que a ideia era apenas chocar. Agora, é diferente. É mostrar novas ideias, nos aproximar mais do artista.

Uma das projeções que mais lhe chamou a atenção foi o filme *Your life*,

our Movie (“Sua vida, nosso filme”), do uruguaio Fernando Velázquez. A obra depende diretamente da intervenção do visitante, que precisa digitar uma palavra para que o filme reproduza imagens que tenham algum tipo de referência com o que foi digitado. O filme é editado em tempo real a partir da base de dados do site www.flickr.com, usado para publicação de fotos. Se o visitante digita água, por exemplo, um sistema online faz uma busca em tempo real e monta uma sequência de imagens de rios, mar, lagos, chuva etc.

Na mostra, os motoboys de São Paulo se transformaram em cronistas de sua própria realidade a convite do artista espanhol Antoni Abad. O vídeo reúne publicações de 12 motoboys que percorreram a capital paulista e, com seus celulares e câmeras, fotografaram e filmaram cenas de seu cotidiano.

O Santander Cultural fica na Sete de Setembro, 1.028. A entrada é franca.

priscila.montandon@zerohora.com.br

Luís Augusto Fischer

E-mail: fischerl@uol.com.br

Sempre agora

Se tudo tiver corrido bem, exatamente na hora em que o prezado leitor corre os olhos por estas linhas, decifrando as letrinhas e juntando-as, mediante processos sutis que compõem sentido em sua cabeça, eu estou em Passo Fundo, na Jornada de Literatura, promovida pela universidade e pela prefeitura de lá, onde eu devo estar agora, na hora da tua leitura. O evento é famoso e merece o nome, porque reúne milhares de leitores para ouvir palestras e cursos, como para discutir ideias, bater papo com outros leitores e ver novidades que interessam.

De forma que o leitor e eu, contemporâneos desta conversa por escrito, estamos em tempos diversos. Eu, aqui no passado, fico imaginando como pode ser a reação do leitor, que está no meu futuro, em seu presente; eu, agora que o leitor me lê, estarei fazendo outra coisa, estou mesmo fazendo-a, possivelmente em uma sala de debates na Jornada, se agora é ainda a manhã de terça-feira. E? E se não, quando é? Com o leitor, o que estará acontecendo?

Não se trata de delírio, prezado leitor que estás no meu futuro: estou apenas escutando o eco de uma releitura que fiz ainda esses dias – ontem, no meu calendário, ou semana passada dessa tua terça-feira –, um conto magistral do mestre Jorge Luis Borges. Seu título é *O Jardim das Veredas* que se Bifurcam; a releitura foi da tradução nova, com edição da Companhia das Letras, que está refazendo na língua de Machado de Assis a obra do grande escritor – e nem sempre com acerto, é preciso dizer: ao menos em um de seus grandes contos, *O Sul*, há alguns erros e deslizos de tradução, lamentáveis, ainda mais que a tradução anterior, publicada entre nós pela Globo, era ótima. O volume se chama *Ficções*.

Lá pelas tantas, no conto do jardim, Yu Tsun, o chinês que era professor de inglês e espião alemão durante a I Guerra Mundial, se dá conta de que vai morrer, porque foi descoberto em sua condição de espiã. Começa a tomar algumas providências (entre as quais estará a de procurar um certo inglês que desvendou o segredo de um antepassado seu, o também chinês T'sui Pên, que tentara escrever o romance mais populoso do mundo e inventar o maior labirinto do mundo) e pensa consigo mesmo: “Séculos de séculos e só no presente ocorrem os fatos; inumeráveis homens no ar, na terra e no mar, e tudo que realmente acontece acontece a mim...”

Pois assim é, prezado (escrevi, sem querer, “prazado”, mas corriji) leitor: só agora, neste exato instante, é que está acontecendo essa tua leitura, de um texto batucado num remoto teclado qwerty, uns dias atrás, quer dizer, agora; somente no presente é que os jardins bifurcados de Borges são refeitos na mente do leitor.

MUDANDO COM VOCÊ.

lojas Colombo 50 anos